

AS POTÊNCIAS DA FICÇÃO: UMA CLÍNICO-POLÍTICA SOCIAL DOS AFETOS A TRAMAR CESTOS

Coletivo Políticas do Narrar (UFRGS)¹

RESUMO

Partindo da problematização efetuada por Ursula K. Le Guin acerca das nossas políticas do narrar moderno-coloniais, marcadas por uma estilística do heroísmo a contagiar nossos campos micropolíticos, os quais modulam nossos modos de afetarmos e sermos afetados, o presente artigo pretende efetuar uma problematização acerca das políticas do narrar presentes nos fazeres e pensares do campo da psicologia. Partindo de uma ética ficcional, tomamos as práticas da psicologia enquanto imanentes às das artes e letras como campos voltados à modulação estética de experiências, assim, a provocação de pensar a ficção enquanto cesto nos leva a tensionar alguns regimes de sensibilidade-pensabilidade instituídos nas perspectivas clínico-políticas que reiteram a narrativa do herói e colonizam nossos modos de existência a partir de perspectivas meritocratas e culpocratas. Como cultivar outras políticas do narrar baseadas em uma ética do cuidado e responsabilidades coletivas e não nas práticas individualizantes que dão a sentir e pensar os acontecimentos do mundo enquanto conquistas ou derrotas, desenvolvimentos ou regressões de pessoas recortadas e isoladas da trama que lhes constitui? Essa é a questão que nos move na presente investigação: inventar outras modulações micropolíticas dos afetos e produzir outros territórios comuns, questionando nossas políticas narrativas presentes nas práticas da psicologia e das políticas públicas para fomentar outras estilísticas de cerzir cestos para além do heroísmo bélico.

PALAVRAS-CHAVE: ficção; narrativa; clínico-política; comum; ética do cuidado

¹ Camila Bohn (graduanda em Psicologia UFRGS e bolsista de iniciação científica (PIBIC/UFRGS); Jesse Rodriguez Cardoso (psicólogo, mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS-CAPES); Karem Sâmia Pamplona Pires (psicóloga, mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS); Karine Shamash Szuchman (psicóloga, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS); Leonardo Régis de Paula (psicólogo, doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS); Lúcia Karam Tietboehl (psicóloga, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS); Luis Artur Costa (professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS); Ruan Luiz da Rosa (graduando em Psicologia UFRGS)

ABSTRACT

Starting from the problematization made by Ursula K. Le Guin about our politics of modern-colonial narration, marked by a stylistic of heroism to infect our micropolitical fields, which modulate our ways of affecting and being affected, this article intends to discuss the politics of narration present in the doings and thinking of the field of psychology. From a fictional ethics, we take the practices of psychology as immanent to those of arts and letters as fields aimed at the aesthetic modulation of experiences, thus, the provocation to think of fiction as a carrier bag leads us to tension some regimes of sensitivity-thinkability instituted in clinical-political perspectives that reiterate the hero's narrative and colonize our modes of existence from meritocratic and culprit perspectives. How to cultivate other narration policies based on an ethics of care and collective responsibilities and not on individualizing practices that make you feel and think about the events of the world as conquests or defeats, developments or regressions of people cut out and isolated from the plot that constitutes them? This is the question that moves us in this investigation: to invent other micropolitical modulations of affections and produce other common territories questioning our narrative policies present in the practices of psychology and public policy to foster other basket-cutting stylistics beyond military heroism.

KEYWORDS: fiction; narrative; clinic-political; common; ethics of care

CRÍTICA E CLÍNICA: O CESTO E A POLÍTICA DO NARRAR FUNDADA NO EXERCÍCIO DO CUIDADO

Em todos os tempos e lugares habitados pelo conjunto de seres vivos que costumamos delimitar, hoje, sob a alcunha de humanidade, a constituição de um imaginário sempre foi parte fundamental da construção de nossos coletivos: o compartilhamento de horizontes de sentidos a tramarem redes de possibilidades de ação são um importante elemento da construção dos mais diversos ritos que ensejam o ritmo comum da dança do cotidiano em coletivo. Erguer abrigos, unir pessoas, coordenar ações no trabalho e nas celebrações, divisar perigos e desenhar objetivos, tudo é sempre intensamente permeado por um campo de afetos, crenças, valores, imagens, sons e sentidos que enlaçam e fazem vibrar aos corpos e o território em um mesmo ritmo: uma produção do comum cultivada em um tempo intensivo, da duração, que une o ontem, o hoje e o amanhã em um plano imanente de virtualidades e atualizações a revolver uns aos outros em invenções (DELEUZE, 1988).

Imagens, sons, gestos e palavras erigem ritmos que constituem territórios nos quais e pelos quais comungamos de um processo de individuação coletivo (SIMONDON, 2009). Um certo campo de construção das relações possíveis, uma sensibilidade sobre o que fomos, somos e poderemos ser, uma possibilidade de afetação acerca do que fazemos, de como, para que e com quem vivemos. Enfim, algo que estabelece um jogo dos regimes de aceitabilidade e deseabilidade a ensejarem tendências de experiências coletivas, de compartilhamentos éticos, estéticos e políticos: um jogo que afirma e questiona certas estilísticas de como vivemos juntas. Fosse pela pintura, arquitetura, teatro, música, religião, política, ciência, ou ainda, por práticas que não cabem em tais delimitações moderno-coloniais, vemos fortemente o esforço por fomentar campos narrativos como jogos de imaginação a modularem nossas afetações: atores, poetas, escritores, músicos, pintores, filósofos, cientistas, griots, djélis, xamãs, grafiteiros, pichadores, slammers, MCs e muito mais, formam um conjunto ilimitado de nomes para diferentes posicionalidades constituídas neste cultivo dos nossos cestos de histórias, muitas vezes denominados memórias, mas que, aqui, chamaremos também de virtualidades e/ ou potências da imanência.

Em tempos de capitalismo cognitivo (MARAZZI, 2002), tal relevância da dimensão da construção dos imaginários se faz, talvez, ainda mais evidente: a profusão de narrativas verbais, sonoras, audiovisuais e imagéticas na qual estamos constantemente imersos provê

uma densidade tátil ao imaginário e a seus processos de formação. No entanto, nestes nossos tempos, costumamos ler tais movimentos de construção do nosso campo de modulação das afetações de/por imagens, palavras, gestos e sons enquanto um campo de batalha ideológico, ou ainda, de competição pela atenção, memória e desejo de um possível perfil de consumidor. O temor e o ódio, por exemplo, são constantemente acionados enquanto afetos de contágio por narrativas de políticas de inimizade (MBEMBE, 2017) a organizarem um mundo segundo um jogo alterocida (MBEMBE, 2018), no qual tudo que escapa dos modelos narrativos hegemônicos é prontamente capturado enquanto antagonista possível ou provável. Até mesmo ao arranjar as modulações dos desejos, tais modos de subjetivação esculpem afetos de inveja e ressentimento em um imaginário de competição pelo cume a partir de dispositivos de sensibilidade meritocratas e culpocratas (ESTEVES; COSTA, 2021), individualizantes e negadores de uma responsabilidade e cooperação coletivos na produção das situações de cada sujeito.

Talvez seja interessante dizer que este texto nasce de um grupo de psicologues que se dedicam a problematizar e experimentar a ficção enquanto uma ética (BOTTONI; COSTA; 2018) e uma estratégia (SAER, 2004B; COSTA, 2014; 2020) do fazer e pensar na psicologia. A área de atuação des chamadas “profissionais psis” possui íntimas alianças com as práticas que na cultura moderno-colonial estão circunscritas por nomes como artes e letras: existe uma intimidade de cúmplices entre aqueles que assumem como modo de viver a criação, dispersão e escuta de narrativas em suas diferentes modalidades. Enquanto psicologues, nos vemos enredados e contagiados por uma trama de linhas de variações que atravessam cientistas do comportamento, filósofos do cotidiano, artistas da vida, xamãs, Djélis, slammers e MCs, compreendendo que nosso ofício também fala, de certo modo, de uma arte de “dobrar as palavras para esculpir o mundo” (NOGUERA, 2019, p. 261), de uma possibilidade de transpassar mundos, ser contagiado pelos devires de outras vidas e poder territorializar tais experiências nas demais pessoas por encantos (CASTRO, 1996). A ficção aqui, portanto, faz-se nome para aquilo que é tão concreto em suas efetuações quanto intangível quando buscamos suas medidas e limites: a constituição de jogos que modulam nossos modos de afetarmos e sermos afetados, os quais, por sua vez, podem ser denominados como território principal daquilo que alguns chamam processos de individuação psíquico-coletivos (SIMONDON, 2009). Tecer narrativas é modular nosso campo das experiências possíveis: constituir blocos de perceptos e afectos (DELEUZE; GUATTARI, 2013) que produzem paisagens, coordenam gestos, destacam e valoram

elementos e acontecimentos, outorgam e retiram legitimidade ou aceitabilidade, designam referentes e afirmam lugares de onde se fala. O cantar, o dançar e o contar se irmanam na trama imanente que produz compartilhamentos e territorializa comuns.

No entanto, cabe ressaltar que muitos dos (des)encantos de algumas psicologias se sustentam exatamente sobre a belicosa narrativa que molda experiências em busca de heróis com suas quedas e salvasões. A figura do expert que a tudo e todes decifra, feita carne de palavra no dito popular “Freud explica”, é uma política narrativa (COSTA, 2020) da qual pretendemos constantemente desviar. O famigerado sujeito do suposto saber colonizador (GONZALEZ, 2020; SAAR, 2019) assombra o semblante des analistes, que não o querem, mas, muitas vezes, não lhe recusam. A política narrativa moderno-colonial erige um lugar narrativo para o expert que o “eleva” ao patamar de “doutor”: o herói que lhe salvará da queda. Ainda que muitas vezes nossos corpos teóricos tenham defesas contra tal lugar narrativo do herói, bem sabemos que, não apenas heróis são poderosos, mas que suas histórias são tão contagiosas quanto os belicosos afetos de ódio e unidade que estes ensejam. O texto de Ursula K. Le Guin (2021) nos convida a compreender o exercício ético de reinventar a psicologia e sua clínico-política para além desta política narrativa moderno-colonial do herói-especialista a partir de uma mirada ficcional: a virada da palavra-arma para a narrativa-cesto nos faz mais sensíveis ao gesto de guardar, cuidar, cultivar.

A produção de um espaço clínico é propriamente a tessitura de um recipiente: um espaço de confiança no qual possam despejar memórias e acontecimentos de modo a olhá-los com calma e cuidado. Pouco importa se tal espaço se dá em uma praça, rua agitada ou sala privada com ar condicionado, sempre se trata de erigir uma fina e delicada película que reserva a potência do vivido para fermentar reflexões sensíveis sobre o viver. Fazer casa, ou seja, arranjar singularidades de modo a nos permitir viver o caosmos (DELEUZE; GUATTARI, 2013): a pele, as palavras, os afetos, as histórias, as paredes, o teto, não como forma de nos isolarmos, mas sim de nos fazermos sensíveis ao que nos atravessa, guardando algo do acontecimento em uma duração em nós — a nos tornarmos outros, sempre.

Através do tecer e destecer indefinido das relações, no seu entrelaçar abertamente ficcional, se costuram perspectivas e realidades possíveis a um sujeito (SAER, 2004a) considerado apenas através do modo bélico e obtuso da lança, do conflito. Nas linhas de um cesto — ou nas modulações de um alguidar — se vislumbra uma ética da ficção e da invenção, que compõe, multiplica e fia mundos, transporta memórias. Um fazer clínico alinhado com o fazer cotidiano e necessário das indígenas Guiaiqui, que adentram o viço da

floresta com seus cestos a fim de procurar, coletar e guardar os seres lá habitantes em seus recipientes. À noite, dormem e despejam seus sonhos, guardam a si mesmas em seus arranjos (CLASTRES, 1978). As tramas do cesto, suas bifurcações e seus (des)caminhos, arranjam o fio da ficção, da criação e alastram, assim, as condições de possibilidade de uma escuta.

Permitir o convite à ficção dilata as expectativas por horizontes mais amplos, contempladores de diferentes realidades que possam coexistir para agregar modos de ser no mundo. O ser-em-si e o ser-para-si de Sartre (MACIEL, 1970) nos convoca a esta reflexão: enquanto o ser-em-si representa a força estática das definições sem a consciência, o ser-para-si é a abertura à movimentação de significados e à busca por preenchimentos sensíveis. Assim, o ser-em-si-para-si de Sartre poderia ser pensado como o encontro do corpo enquanto matéria com a ética ficcional das diversas realidades daquilo que nos convoca aos afetos, tecendo novos caminhos a partir desse recipiente nutrido de potentes narrativas. Uma Psicologia que habita esse território extenso e difuso, porém intenso de significações, constrói um espaço capaz de acolher (im)possibilidades, criando afetações e revelando a ligação entre o mundo propriamente dito e as diferentes narrativas sobre esse mundo.

A Psicologia percebe há muito tempo a imensa relevância do narrar em suas formas de construir a si mesma. Desde as delimitações da cura pela fala (FREUD, 2016), passando pelas formalizações de psicoterapias narrativas (FONTE, 2006), vemos que tal relevância se faz fundante do território psi. Se por um lado aposta-se no exercício clínico como espaço onde o sujeito possa criar uma narrativa de si — horizonte ético impossível e necessário (BUTLER, 2015) —, por outro, ao teorizar essa ciência há uma constante busca por formalização técnica em detrimento de uma problematização das potências estéticas da dimensão poética. Certas práticas em psicologia revelam uma preocupação em enquadrar narrativas em estruturas previamente determinadas — cujas epistemologias estão embebidas no suco patriarcal-moderno-colonial — e assim seguem operando na lógica da validação e replicação, na busca por verdades universalizantes. Tal tendência dialoga estreitamente com o que denominamos política narrativa moderno-colonial, a qual, por sua vez, está muito próxima da figura do cientista-herói, descobridor e/ou salvador, sempre colonizador.

Tentamos aqui, por outro lado, fazer ver a extrema relevância que tal dimensão ético-estética tem nesses fazeres da psicologia: o campo das experiências possíveis é a matéria-prima, solo próprio daqueles que lidam com a clínica e, assim, a modulação de tais experiências a partir de vetores ético-estéticos na tentativa de contagiar e promover desvios nos modos de existir fazem da operação poética uma ferramenta da maior relevância neste

labor de cuidado. E, de encontro ao que a lógica sistematizante poderia projetar, a ficção e os balanços poéticos não reduzem a capacidade de rigor em se analisar uma situação: pelo contrário, proporcionam “mais empenho ao dar corpo ao incorpóreo sem falsear-se a si no desvão de uma escrita sem consistência” (COSTA, 2014, p.559), complexificando o modo como enxergamos a realidade possível.

Assim, como nos escreve Ursula K. Le Guin (2021), ao colocarmos um herói no cesto, ele perde sua hierarquia de valor, fazendo-se um igual — ainda que diferente em sua singularidade — das batatas que coabitam o recipiente. Deixa de ser o herói transcendente a reiterar as hierarquias ontológicas do ser, para tornar-se mais uma potência singular, entre muitas outras, para contarmos e fazermos mundos juntos. Os heróis se fazem pessoas, junto de muitas outras em uma multidão, cada uma com suas singularidades-potências próprias a serem contingencialmente acionadas diante de nossas questões-problemas: a força frágil do qualquer um em sua imanência da vida entre humanos e não-humanos.

De certo modo, a própria noção de lei enquanto castração “civilizatória” que fundamenta e reitera as dinâmicas moderno-coloniais da culpocracia ressentida (ESTEVEZ; COSTA, 2021) pode ser re-narrada e deslocada a partir de uma mirada da colaboração e do cuidado coletivo, ao invés de ser mirada por meio da dinâmica do medo, da punição, do “desenvolvimento”. Optamos por mirar a partir de uma perspectiva que se propõe a compor um campo de coletividade de afetações e, assim, ver o famigerado “contrato social”, pretensamente reiterado a cada triangulação edípica, enquanto trama complexa e móvel, estabelecida pelo jogo de diversas linguagens (corporais, visuais, verbais, sonoras, afetivas, etc.) a nos compor enquanto um campo de afetações compartilhados (algo que é objeto principal das muitas psicologias que se dedicam a pensar grupos e coletivos). Ou seja, se pensarmos a composição do nosso comum enquanto baseada em alianças múltiplas e não enquanto castração que instaura o comungar de uma ordem de filiação, podemos, então, retomar mais uma vez as muitas definições da humanidade enquanto animal político, percebendo nela mais a presença necessária da interdependência enquanto autonomia do que a “cracia” do nomos, o governo da/pela lei e ordem. Desde a mirada da aliança, se torna mais simples pensar a prática de constante ficcionalização dos nossos (con)tratos de modo a acolher a desordem da coexistência de jogos impossíveis entre si. Seria, quem sabe, um modo de ultrapassar as dinâmicas dos contratos de dominação (MILLS, 2013) por meio da promoção do cultivo de cestos coletivos diversos. Nosso desafio, assim, é multiplicar os conteúdos deste cesto-memória que é feito das narrativas, as quais, em seus arranjos das

singularidades, produzem campos de possibilidades de percepção, afetação, pensamento, comportamento, etc..

O ESTADO COMO FICÇÃO MODERNO-COLONIAL E A REINVENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELA ÉTICA FICCIONAL DO CUIDADO: AMPLIANDO, SINGULARIZANDO E COMPLEXIFICANDO POSSÍVEIS

Como Ursula K. Le Guin (2021) ressalta, as políticas narrativas heroicas tendem a constituir processos teleológicos de danação ou salvação: paixões pelo apocalipse ou pelo progresso bem ao modo das políticas de inimizade explicitadas por Mbembe (2017) em sua obra. Deste modo, a partir do esquadro inteligibilizador e sensibilizador de tais arranjos narrativos e seus blocos de experiências possíveis, vemos a construção de hierarquias a distribuírem a humanidade, os seres vivos e até mesmo os seres não-vivos, em escalas de valoração desde medidas-critérios gerais de valor: àqueles que estão longe do ideal de eu evocado na narrativa e identificado com o herói, cabe a alcunha de vilão, degradado, primitivo, bárbaro, regressivo, subdesenvolvido, vulnerável, e muitos outros lugares narrativos que se organizam de modo a produzir personagens de nossas narrativas-juízos cotidianas. Por outro lado, àqueles que se aproximam do estereótipo estabelecido para o lugar narrativo do herói, cabem as glórias da excelência, riqueza, desenvolvimento, civilização, progresso, avanço, e muitos outros louros que são outorgados apenas aos “vencedores” neste cruel e mortal jogo patriarcal-moderno-colonial.

As posições hierárquicas fundadas nessa divisão dos sujeitos em estereótipos binários fundam também uma centralidade para essas narrativas — as *killer stories* — , ocupada, obviamente, pelos vencedores ou pelos destinados a vencer. Como ressalta Le Guin (2021), os sujeitos desprovidos do leque de características que constituem um corpo e uma subjetividade heroica compõem tais narrativas ocupando posições periféricas, como personagens antagonistas ou coadjuvantes, mas nunca centrais. São personagens a serviço de histórias que não são suas. É possível pensar ainda que sob a perspectiva do heroísmo, estes não-heróis nem chegam, por vezes, a serem considerados personagens de fato, mas sim elementos de uma paisagem, artefatos que fazem parte de um cenário, ou apenas obstáculos

pelos quais o herói precisa atravessar para encontrar seus gloriosos objetivos. Tais obstáculos podem oferecer maior ou menor resistência aos movimentos da afiada, belicosa e viril busca pela glória, mas certamente — para que a narrativa se efetive nos referidos moldes — deverão ser obstáculos derrotados ou no mínimo ultrapassados. O herói precisa vencer sozinho.

Deste modo, como nos recorda a autora, fugir das estilísticas narrativas do heroísmo nos possibilita, por exemplo, escapar de posições tecnofílicas ou tecnofóbicas, que marcam os objetos técnicos enquanto heróis ou vilões de nossa “civilização”. Da mesma maneira que em nossa modulação com os modos de individuação dos objetos técnicos (SIMONDON, 2007), tal política narrativa contagiada pelos afetos combativos do heroísmo também está fortemente presentes em nossas ficções do nosso coletivo: o Estado Moderno, por exemplo, enquanto uma das muitas narrativas que nos juntam em um comum, se apresenta na maioria das vezes como histórias de libertação protagonizadas por heróis e mártires contra as vilanias absolutistas. Nesta mesma política narrativa, as ciências políticas e econômicas tendem a ver e avaliar os Estados a partir de uma perspectiva muito similar àquela da psicologia tomada pelo mito do herói: o desenvolvimentismo se constitui, assim, enquanto uma espécie de variação narrativa do heroísmo, visibilizando e medindo Estados e pessoas segundo esquadros gerais ideais a partir dos quais recebem ou perdem valor: infantil, primitivo, regressivo, deficitário, subdesenvolvido, “em desenvolvimento”, etc. Economia, política e psicologia se irmanam aqui em uma máquina narrativa que afirma imperativos adaptativos a partir de os quais toda e qualquer singularidade que escape ao esquadro do heroísmo desenvolvimentista é prontamente taxada enquanto “atraso”, “falta”, “ausência”, “patologia”.

Não por acaso, o pensador Felwine Saar (2019) vai propor uma reformulação dos nossos modelos de pensar e fazer políticas sociais e econômicas: temos de escapar das armadilhas desenvolvimentistas e apostar em políticas/economias do cuidado que sejam baseadas nos valores dos povos originários dos continentes africano e ameríndio/amefricano (GONZALEZ, 1984). Dessa forma, o autor nos conclama, assim como Ursula K. Le Guin (2021), a encontrar outras políticas narrativas para nosso viver comum que escapem da lógica meritocrática heroica reduzida ao valor econômico de coisas e pessoas (muitas vezes objetificadas enquanto coisas): “Neste contexto, o discurso econômico funciona como uma linguagem que assegura o estabelecimento do código simbólico comum por intermédio do qual se elabora a maneira do grupo dizer, pensar e experimentar o real” (SAAR, 2019, p.70). Escapar do comutador universal do capital para pensar Estados é como escapar das

narrativas diagnósticas desenvolvimentistas da psicologia que constantemente patologizam tudo que não se encaixa em seus ideais de ser e fazer. Saar (2019) vai encontrar outra política narrativa junto ao fazer e pensar economia dos povos africanos: “As economias das sociedades tradicionais africanas eram caracterizadas pelo fato de que a produção, a distribuição e a posse dos bens eram regidas por uma ética social que tinha por finalidade garantir a subsistência de todos” (SAAR, 2019, p.78). Vemos, então, a possibilidade de junto a outras matrizes civilizatórias e, também, junto aos feminismos e suas críticas da lógica patriarcal moderno-colonial que sustenta o mito do heroísmo, a possibilidade do deslocamento de políticas públicas voltadas ao “desenvolvimento” nacional, para políticas públicas baseadas na promoção do cuidado comum: uma “economia do cuidado” (NUSSBAUM apud: SAAR, 2019, p. 80) a construir cestos comunitários e não flechas individual-desenvolvimentistas.

A afirmação de outras políticas narrativas para além da moderno-colonial, podem, deste modo, nos auxiliar a, desde uma ética ficcional, erigir outros jogos de afetações entre nós que promovam outros territórios. Outras políticas narrativas que não estejam ancoradas nas amarras coloniais tem como exemplo o *Historicizar* (PAULA, 2021), conceito teórico-metodológico-narrativo que propõe pensarmos em um novo mundo a partir da justiça social, da criação de outras relações e possibilidades. Diferente das narrativas que são sustentadas nas violências coloniais que estamos sujeitos na estrutura de competições belicosas nas quais existem apenas vencedores e perdedores: políticas narrativas da cooperação, do cuidado, da singularização e complexificação nos nossos modos de nos articularmos uns aos outros.

Ao encontro desse horizonte ético, buscamos sustentar práticas clínicas que se propõem a costurar as mais diversas narrativas, aquelas que por vezes não são destacadas nas paisagens cotidianas justamente por não serem histórias protagonizadas por aquelas e aqueles usualmente vistos como “heróis”: autoridades, especialistas, líderes, etc. Para isso, há a necessidade de agenciar outras políticas narrativas para além do heroísmo-especialista; tal costura pode se dar, por exemplo, nos encontros de profissionais da psicologia com todas as singularidades que perpassam um determinado campo de atuação mas escapam à centralidade da psicologia mesma: usuários das redes de políticas públicas, equipes técnicas interdisciplinares, pessoas que são referência na comunidade, espaços e práticas diversas de promoção de bem-viver a partir de diferentes perspectivas (terreiros, igrejas, benzedadeiras, rodas de slam, movimentos sociais, etc.), ambientes das organizações, bairros em que estão situadas, configurações urbanísticas de moradia, lazer e mobilidade, diversidade da fauna,

flora, relevo, etc; tais singularidades precisam adentrar o campo das políticas públicas não como vetores biopolíticos reduzidos ao olhar psi ou biomédico, mas sim (para) serem compreendidas enquanto agentes, enquanto protagonistas de outras narrativas de saúde, bem-estar, autonomia e muito mais. As profissionais das políticas públicas e essa multidão de outros atores podem cerzir uma narrativa enredada com mais enredos que não apenas as sagas de heróis, costurada com uma maior diversidade de linhas e alinhavos, que multiplicam os atores que compartilham o contar de histórias cerzido na e para a política pública. Tais práticas conseguem efetuar um compartilhar de narrativas o qual promove territórios de cuidado coletivo para além dos especialismos heroicos que pretendem “salvar” a população: nas políticas públicas é comum que a psicologia, medicina, pedagogia, serviço social, entre outras especialidades, muitas vezes assumam o lugar de narradores e protagonistas em enredos que dizem respeito a muitas vidas, assim, a operação ética do cesto se faz de grande relevância para experimentar erigir outras práticas de cuidado mais horizontais e diversas.

As políticas narrativas do cesto cerzem linhas e alinhavos narrativos que podem ser a de um usuário de um serviço, mas também de um grupo, inclusive da própria equipe de uma instituição e da comunidade na qual está situada. Horizontalizar e democratizar o compartilhamento de narrativas, de forma a permitir que histórias outras — que não sustentam o mito do heroísmo e fogem às lógicas da colonialidade — sejam narradas e escutadas se faz através da prática de constante ficcionalização do que testemunhamos, na intenção de abrir mais cestos-memória e dar outros lugares — que não o da violência — para quem não se vê no herói tradicional. Neste sentido, diferentes estratégias clínico-políticas que se embasam na produção de coletivos de compartilhamento de narrativas e escuta se fazem de grande relevância para erigir esse cuidado: o escape das políticas narrativas do heroísmo, com seus vencedores e superações enredadas em competições e batalhas muitas vezes marcadas pelos enredos de individualização da autoajuda neoliberal (ALVES; COSTA, 2019).

A clínica de que falamos não se restringe ao consultório particular, mas é uma clínica que acontece também nos espaços públicos, atenta às transformações do contemporâneo, aos ruídos que se escutam nas brechas dos muros, ao que as margens falam e gritam. Uma clínica psi que não é feita apenas por psicologues, mas sim por uma multidão de saberes e de diferentes políticas narrativas que se unem de modo imanente dentro da cesta ficcional. Falamos, portanto, de saberes psi que estão sendo recriados a todo momento, a partir do que se propõem a escutar e ficcionalizar. Quando permeáveis às atualizações de potências e

violências do contemporâneo, as práticas ficcionais permitem narrar coletivamente o que há de traumático na sociedade e quebrar o ciclo de violências instituídas pela colonialidade. Para cultivar outras escutas e narrares, não basta ter a coragem para enfrentarmos os tabus gerados pelo racismo, sexismo, classismo e demais violências que constituem o nosso laço social e demarcam lugares preestabelecidos. Precisamos também cultivar novos laços sociais, novos espaços afetivos de escuta e contação capazes de darem corpo a outras histórias que permeiam nosso território: um cuidado de nós (PIRES; COSTA, 2022).

A ficção como escuta nos auxilia, portanto, a convidar outros saberes e práticas a adentrarem no cesto da promoção de saúde mental, bem-viver, etc. Assim, fazemos das nossas especialidades entidades frágeis (BOTTONI; COSTA, 2018), sempre abertas ao apoio de outres que atuem sob o mesmo intuito ético-estético de que experiências plurais de ser e estar no mundo floresçam. Podemos convidar para nosso cesto das políticas públicas uma série de tecnologias sociais ancestrais que seguem sendo fundamentais na promoção do que chamamos “saúde mental” no campo da clínica: tecnologias de saúde presentes em espaços de cultura e/ou de religiosidade/espiritualidade tradicionais (ALVES; SEMINOTTI, 2009; MOTA; TRAD, 2011; FERREIRA, 2014; LAGES et al, 2019; ALENCAR, 2022), experimentações com a metodologia da terapia comunitária (PADILHA; OLIVEIRA, 2012; ROCHA et al, 2013; CARVALHO et al, 2013); assim como também com a metodologia dos ouvidores de vozes (BARROS; SERPA, 2014; KANTORSKI, 2017), o incremento do reconhecimento da experiência des usuaries pela mediação do Guia GAM (PALOMBINI; BARRIO, 2021), as experimentações de práticas com clínicas peripatéticas (LANCETTI, 2006), o acompanhamento terapêutico (PALOMBINI, 2006), a clínica dos testemunhos (INDURSKY; SZUCHMAN, 2014), os grupos terapêuticos descentralizados da figura do profissional da saúde (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016) e a participação em movimentos sociais como estratégia de produção de territórios de pertença-reconhecimento e incremento de agência (MIZOGUCHI et al, 2007; ALMEIDA, 2018; CARDOSO, 2020; PIRES; COSTA, 2022). Nesse aspecto, pela ética-estética ficcional (BOTTONI; COSTA, 2018) do cesto (LE GUIN; 2021), o fazer clínico-político da psicologia pode se somar às potências narrativas de diferentes práticas para produzir mundos outros e outras subjetividades, a partir de saberes ancestrais e atuais de cuidado de si, do outre e dos territórios comuns que compartilhamos com humanos e não humanos.

FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA DESDE A PERSPECTIVA DESCOLONIAL: A UNIVERSIDADE COMO CESTO E A CONSTITUIÇÃO DO COMUM

Revisar as formas como a Psicologia tem produzido conhecimento, com qual compreensão de saúde se trabalha e quais ferramentas de escuta temos construído passa impreterivelmente por questionar a quem se concede permissão para falar, bem como quais são os limites da nossa escuta. Nesse sentido, as perspectivas descoloniais vêm oferecendo pistas interessantes para alguns exercícios de invenção de novas políticas narrativas em nossas experiências formativas em psicologia desenvolvidas em uma instituição federal de ensino superior no sul do Brasil — em um processo que tem como importante condição de possibilidade as ações afirmativas na universidade e a implementação das cotas sociais e especialmente raciais para o ingresso nos cursos de graduação. A partir das mobilizações dos estudantes, cada vez mais autores não eurocentrados passaram a ocupar lugares de visibilidade e importância nas discussões e debates que animam grande parte de nossos espaços acadêmicos nos últimos recentes anos.

Entre os inúmeros aspectos trazidos por essa perspectiva para a constituição de práticas reflexivas em psicologia, figura o tensionamento da centralidade da razão/mente em detrimento da subalternização dos corpos na produção de conhecimento (KILOMBA, 2019). Considerar o corpo na construção de um percurso ético de escuta significa considerar o lugar de fala (RIBEIRO, 2017) na produção de conhecimento e da narração da vida, entendendo que toda produção de saberes parte de um corpo inserido em um território, atravessado por narrativas de gênero, raça e classe (DAVIS, 2016) que produzem subjetividade e delimitam possibilidades de absorção de experiências, fazendo com que estas capacidades não sejam universais, mas sim limitadas por um lugar de escuta (CARDOSO, 2020). O mesmo corpo que carrega a materialidade da carne também contém a abstração dos pensamentos e as potências imaginativas de cada singularidade; ou seja: o corpo é um cesto que contempla as diferentes dimensões da especulação ficcional e da constituição física do viver.

Nesse sentido, ao reforçar a centralidade das experiências do corpo no território, as perspectivas descoloniais agem diretamente em nossas possibilidades de criação de narrativas ficcionais que operam como bolsas, preenchidas e alargadas no contato com a diferença e

pelo aumento das possibilidades de percepção dos mundos com os quais entramos em contato. Na contramão de uma territorialidade arbitrária que busca limitar as infinitas possibilidades de experimentação do corpo (MOMBAÇA, 2015), buscamos a construção de narrativas-cestos onde caibam diferentes corpo-políticas que fazem ruído aos saberes elaborados nos desígnios biologizantes das ciências moderno coloniais. Ruídos esses que só são percebidos ao se descolonizar a escuta: chave para tramar/ficcionalizar cestos que descentralizam as palavras-arma e inserção de personagens não heroicos. Trocar o regime de escutabilidade que operamos significa, portanto, que

interrogar o marco do que pode ser ouvido nos termos da cultura euroamericana, colonial, heterocentrada e cisnormativa dominante configura um gesto político-teórico no sentido de uma descolonização, um remapeamento da escuta que leva em consideração o ruído e as linhas-de-fuga que ele fissa na harmonia sobreposta (MOMBAÇA, 2015, p.8)

Sendo assim, além de apontar os subalternos como aqueles que ficam fora das gramáticas de produção do saber, juntamo-nos à proposta de Jota Mombaça (2015) e Kilomba (2019) para torcer nossa mirada e marcar a impossibilidade de escuta por parte dos saberes dominantes, e não a incapacidade de fala dos subalternos.

Os efeitos das leituras não hegemônicas que passam a compor nossos campos de análise são visíveis em nossas práticas de produção de conhecimento, de escuta clínica (seja nas políticas públicas ou em outros espaços de atuação profissional) e também na composição da própria universidade. As práticas descoloniais na universidade — desde os novos corpos que a compõem a partir, especialmente, das políticas das ações afirmativas, até o estudo dos autores não eurocentrados e a invenção de práticas profissionais contra-hegemônicas engendradas nessas novas constituições dos processos formativos — sinalizam um exercício que busca constituir esta política pública de educação enquanto política voltada ao comum, conforme a perspectiva que sinalizamos anteriormente.

Algo importante para a construção do cesto que vai permitir o comum desencadeado pelo encontro da diversidade universitária é entender que os atravessamentos dos marcadores sociais da diferença fazem com que a cidade e universidade sejam experienciadas de formas diferentes dependendo do lugar (ou lugares) que cada pesquisadore ocupa, e de que as nossas possibilidades de afetações e entendimentos do que ocorre nos territórios são limitadas pelos lugares que ocupamos, indo em oposição à ideia de que as possibilidades de escuta e produção de conhecimento são universais. Entender que os territórios que

pesquisamos estão em constante mudança e produção de conhecimento faz com que a universidade saia do lugar monopolizante do saber e permita a valorização da pluralidade de saberes que constituem a nossa sociedade, dando abertura para que saberes ligados às vidas nos territórios ganhem mais relevância — como é o caso dos saberes ligados à vivência nas ruas, nomeados por militantes em situação de rua de Porto Alegre como “ruaologia” (CARDOSO, 2020), ou como os saberes ligados às vivências periféricas delimitadas por Cardoso (2020) como “perifaologia”. Nessa perspectiva, nos direcionamos à escrita de narrativas não-hegemônicas “com” e não “sobre”, contrapondo a usual expropriação de saberes não acadêmicos realizada pela academia. A escrita ficcional nesse sentido parte do princípio de gerar afetos, de mostrar a crueza das injustiças sociais nos corpos subalternizados, ou para transmitir as alegrias que resistem mesmo nos piores cenários.

Reinventar a universidade assim como as práticas formativas e profissionais que ela sustenta é também, de alguma forma, reinventar nossa noção de Estado, tensionando a concepção que nos oferece a modernidade. Na medida em que se produz enquanto exercício de constituição de comum, a universidade passa a ser tecida não mais enquanto saber-arma que hierarquiza e perpetua relações de subalternização, mas enquanto cesto/bolsa/mochila onde é possível compor multidão, tensionando assim a noção de “público”, intimamente ligada à de Estado Moderno. Descolonizar a universidade é, portanto, um modo de ficcionalizar um Estado por outra via, que não a heroica/moderna/colonial. Assim, para além do comum abstrato instituído pela noção de público, pensamos aqui na possibilidade da constituição de uma comunidade: um espaço onde as singularidades dos corpos e saberes possa se articular em uma complexa agência de alianças para além de filiações hierárquicas com escolas, autoras/es e professoras/es. Muito mais do que uma arma em uma luta contra a ignorância e a superstição, a universidade poderia vir a ser um cesto, uma rede que trama saberes em uma crítica que não quer somente desvelar uma verdade a ser revelada, mas constantemente ampliar nossa potência de articulação entre nós. Da mesma forma, a psicologia e os psicólogos formados nestes espaços poderiam não apenas se posicionarem perante suas comunidades enquanto especialistas prontos a interpretar verdades escondidas e/ou aplacarem sofrimentos da alma, mas constituírem redes de cuidados, cestos coletivos, nos quais e pelos quais poderemos promover curas sem salvagens ou patologias, compreendendo os processos de saúde, antes de tudo, enquanto potências de singularização narrativa em meio às políticas narrativas do nosso território e seus ritmos. Por fim, podemos retomar aqui que as problematizações elaboradas por Le Guin (2021) em seu texto nos dão

apoio para operarmos deslocamentos em nossos modos de narrar-nós quem fomos, somos e seremos, abrindo um novo campo de possibilidades de políticas narrativas para além das cisões entre experts e leigos, heróis e vilões, ou ainda, para além e aquém das cisões que pretendem separar por completo as artes das ciências. O narrar, aqui, se manifesta enquanto matéria mesma da vida, dos nossos modos de vivermos juntas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. O amor de todo mundo, palavras-sementes para mudar o mundo: gramáticas de resistência e práticas terapêuticas de uso social da linguagem por coletivos culturais da periferia em tempos de crise sanitária. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada** [online]. V. 37, nº 4. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-460X202156109>>. Acesso em: 27 Junho 2022.

ALMEIDA, Arthur Gomes de. **A história de A.: escrituras de um aluno cotista negro do curso de psicologia da UFRGS**. TCC (Graduação) – Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ALVES, Miriam Cristiane; SEMINOTTI, Nedio. Atenção à saúde em uma comunidade tradicional de terreiro. **Revista de Saúde Pública** [online]. V. 43, , pp. 85-91, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102009000800013>>. Acesso em: 08 Agosto 2022.

ALVES, Moisés José de Melo; COSTA, Luis Artur. A ficção como dispositivo para problematizar as tecnologias de si: alter ego, autoajuda e escrita de si. **Revista Mnemosine**. Vol.15, nº1, p. 352-372, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/45991>>. Acesso em: 12 Fev. 2021.

BARROS, Octávia Cristina; SERPA, Octavio Domont de. Ouvir vozes: um estudo sobre a troca de experiências em ambiente virtual. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. V. 18, nº 50, pp. 557-569, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0680>>. Acesso em: 27 Junho 2022.

BOTTONI, Francine Delavald; COSTA, Luis Artur. Ética ficcional-cartográfica: a procura humilde e a força frágil. **Quadernos de Psicologia**. Vol. 20, n.1, p. 89-100, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1436>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo, crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.2 n.2 p. 115-144, Out 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>. Acesso em: 08 Agosto 2022.

CARDOSO, Jesse Rodriguez. **Trajetos de Rogério (s): escrituras de um estudante periférico que na descortina-ação da cidade (se) encontra com a população em situação de rua**. TCC (Graduação) – Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2020.

CARVALHO, Mariana Albernaz Pinheiro de et al. Contribuições da terapia comunitária integrativa para usuários dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): do isolamento à sociabilidade libertadora. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. V. 29, n° 10, pp. 2028-2038, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00000913>>. Acesso em: 27 Junho 2022.

CLASTRES, Pierre. **O Arco e o Cesto**. In: A Sociedade contra o Estado. Pesquisas de Antropologia Política. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p.. 71-89.

COSTA, Luis Artur. **O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social**. Fractal, revista de psicologia, v. 26, n° esp., p.551-576, 2014.

_____.(2020). Narrar-se para se desgarrar do razoável: a ficção como dispositivo clínico-político ético-estético. **Paralelo 31**. Pelotas, ed. 15, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/article/view/21006>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 3ª ed. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Ed. 34, 2013.

ESTEVES, Maurício Wink; COSTA, Luis Artur. O sujeito do autor: o que aparece quando eu escrevo e desapareço? **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, vol.12, n°2, pp.99-128, ago. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, São Paulo, 1984, p. 223-244.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. Em: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

FERREIRA, L. O.. As “boas palavras” dos Xondaro Marãgatu como alternativa para a redução do consumo de bebidas alcoólicas entre os Mbyá-Guarani – RS. **Tellus**, Campo Grande, ano 4, n.7, p. 121–135, out. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/tellus.v0i7.90>>. Acesso em: 08 Agosto 2022.

FONTE, Carlos A. A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. Em: **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, p. 123-131, 2006.

FREUD, Sigmund. **Obras completas volume 2: estudos sobre a histeria (1893-1895)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

INDURSKY, Alexei Conte; SZUCHMAN, Karine. Grupos do testemunho: função e ética do processo testemunhal. In: Sigmund Freud Associação Psicanalítica (org). **Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e criação de memórias**. Porto Alegre: Criação Humana, 2014,p.49-66.

KANTORSKI, Luciane Prado et al. Grupos de ouvidores de vozes: estratégias e enfrentamentos. **Saúde em Debate** [online]. V. 41, nº 115, pp. 1143-1155, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201711512>>. Acesso em: 27 Junho 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação - Episódios de Racismo Cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGES, Sônia Regina Correa; SILVA, Ariane Macthelly da; ROBEIRO, Matheus Fernando Félix. A participação das comunidades tradicionais de terreiro no campo da saúde: as pesquisas em psicologia social. **Revista de Ciências Humanas** [online]. Florianópolis, v. 53, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2178-4582.2019.e42714>>. Acesso em: 27 Junho 2022.

LE GUIN, Ursula K. **A teoria da bolsa de ficção**. São Paulo: N-1, 2021.

LANCETTI, Antonio. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MACIEL, Luiz Carlos. **Sartre: vida e obra**. São Paulo: Paz e Terra: 1970.

MARAZZI, Christian. A crise na new economy e o trabalho das multidões. In: COCCO, Giuseppe; HPSTEIN, Graciela (Org). **As multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.

MILLS, Charles W. O contrato de dominação. **Meritum** – Belo Horizonte – v. 8 – n. 2 – p. 15-70 – jul./dez. 2013. Disponível no site:

<http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/2162> Acesso em: 1 abr. 2021.

MIZOGUCHI, Danichi Hausen; COSTA, Luis Artur; MADEIRA, Manoel Luce. Sujeitos no sumidouro: a experiência de criação e resistência do Jornal Boca de Rua. **Psicologia & Sociedade** [online]. V. 19, n° 1, pp. 38-44, 2007. Disponível

em: ><https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100006><. Acesso em: 27 Junho 2022.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar?. **Jota Mombaça**, 2015. Disponível em:

<<https://jotamombaca.com/texts-textos/pode-um-cu-mestico-falar/>>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.

MOTA, Clarice Santos; TRAD, Leny Alves Bomfim. A gente vive pra cuidar da população: estratégias de cuidado e sentidos para a saúde, doença e cura em terreiros de candomblé.

Saúde e Sociedade [online]. V. 20, n° 2, pp. 325-337, 2011. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200006>>. Acesso em: 27 Junho 2022.

<https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200006>.

NASCIMENTO, Maria Valquíria Nogueira do; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. As práticas integrativas e complementares grupais e sua inserção nos serviços de saúde da atenção básica. **Estudos de Psicologia (Natal)** [online]. 21, n° 3pp. 272-281, 2016.

Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160026>>. Acesso em: 27 Junho 2022

NOGUERA, Renato. Antes de saber para onde se vai, é preciso saber quem você é. **Revista Problemata**. R. Intern. Fil, v. 10. n° 2, p. 258-277, 2019. Disponível no endereço eletrônico:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49137/28630> Acesso em: 26 out. 2021.

PADILHA, Cristina dos Santos; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Terapia comunitária: prática relatada pelos profissionais da rede SUS de Santa Catarina, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. V. 16, n. 43, pp. 1069-1086, dez. 2012.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000044>>. Acesso em: 27 Junho 2022.

PALOMBINI, Analice de Lima. Acompanhamento terapêutico: dispositivo clínico-político. **Psyche (Sao Paulo)**. São Paulo, v. 10, n° 18, p. 115-127, set. 2006.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2022

- PALOMBINI, Analice; BARRIO, Lourdes Rodriguez del. Gestão Autônoma da Medicação, do Quebec ao Brasil: uma aposta participativa. **Saúde em Debate** [online]. V. 45, n° 128, pp. 203-215, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104202112816>>. Acesso em: 27 Junho 2022.
- PAULA, Leonardo Régis de. **Histórias Ficcionalis e Interseccionais no Acolhimento Emergencial de Crianças e Adolescentes a partir dos Pensamentos Negro Decolonial e Feminista Negro**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, 2021.
- PIRES, Karem Sâmia Pamplona; COSTA, Luis Artur Costa. Cuidado de nós: compartilhamentos estéticos para promover composições ético-políticas. **REVISTA ANÔMALAS**. Catalão, v.1, n°1, p. 144-157, jan./jun. 2022. Disponível em: <<http://www.revistaanomalas.periodikos.com.br/article/62a7c63ba9539502be700b22/pdf/revistaanomalas-1-1.2022-144.pdf>>. Acesso em: 28 Junho 2022.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- ROCHA, Ianine Alves da et al. Terapia comunitária integrativa: situações de sofrimento emocional e estratégias de enfrentamento apresentadas por usuários. **Revista Gaúcha de Enfermagem** [online]. V. 34, n° 3, pp. 155-162, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1983-14472013000300020>>. Acesso em: 27 Junho 2022.
- SAAR, Felwine. **Afrotopia**. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- SAER, Juan José. Freud o la glorificación del poeta. In: **El concepto de ficción**. Buenos Aires: Seix Barral, 2004a.
- SAER, Juan José. El Concepto de Ficción. In: **El Concepto de Ficción**. Buenos Aires: Seix Barral, 2004b, p. 9-16. Disponível em: <<http://www.literatura.org/Saer/jsTexto6.html>>. Acesso em: 10 mai. 2011.
- SIMONDON, Gilbert. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- _____. **La individuación: a la luz de las nociones de forma y de información**. Buenos Aires: Ediciones La Cebra y Editorial Cactus, 2009.